

2022



PPGD

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITO • UNIRIO

REVISTA DIREITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Law and Public Policy Review

ISSN 2675-1143

Volume 4, n. 1
Janeiro - Junho

Qualis B2



Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
(UNIRIO)

 <http://seer.unirio.br/rdpp/index>

 rdpp@unirio.br

**REVISTA DIREITO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS**
LAW AND PUBLIC POLICY REVIEW

VOLUME N.º 4 – NÚMERO 1

ISSN 2675-1143

Editor-Chefe:

Profa. Dra. Edna Raquel Hogemann, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Vice Editor-Chefe:

Prof. Dr. Oswaldo Pereira de Lima Junior, Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Rio de Janeiro, 2022.



Copyright Creative Commons BY-NC

EDITORIAL

A Revista Direito das Políticas Públicas, vinculada ao curso de mestrado em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), tem como objetivos permanentes contribuir para o enriquecimento da cultura jurídica em âmbito nacional e internacional. Busca promover a democratização do conhecimento por meio do oferecimento de informações de acesso público, gratuito e imediato. Além disso, incentiva atividades de pesquisa, ensino e extensão, reconhecendo a importância dessas práticas para cumprir a função social da universidade pública. A revista aspira ser um veículo essencial para a disseminação de conhecimento, fomentando o debate acadêmico e fortalecendo a integração entre a academia e a sociedade.

As políticas públicas desempenham um papel central na organização e direcionamento das ações do Estado, visando promover o bem-estar social, a justiça e a igualdade. Uma revista dedicada ao direito das políticas públicas oferece um ambiente propício para a análise aprofundada e crítica dessas questões. Seu escopo vai além dos aspectos legais, abrangendo também dimensões sociais, econômicas e políticas relacionadas. Este espaço de reflexão visa proporcionar uma compreensão holística das políticas públicas, reconhecendo a interconexão de fatores que influenciam sua efetividade e impacto na sociedade. Ao explorar essas temáticas de maneira abrangente, a revista busca contribuir para o entendimento mais amplo e informado das políticas públicas, estimulando o diálogo e aprofundando a compreensão dos desafios e oportunidades presentes nesse importante campo de estudo.

Por meio dos artigos científicos presentes nesta edição, os autores têm a chance de contribuir para o progresso das políticas públicas no Brasil. A divulgação de artigos, ensaios e estudos de casos enriquece o diálogo jurídico e estimula a análise crítica. A revista consolida-se como uma fonte valiosa de conhecimento para profissionais do direito, gestores públicos e demais interessados na área, oferecendo uma plataforma para a disseminação de ideias e contribuições relevantes, que têm o potencial de aprimorar as práticas e decisões no contexto das políticas públicas.

A presente edição é iniciada com um estudo realizado por autores vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que se debruça sobre os impactos promovidos pela nova lei de improbidade administrativa em relação aos atos indevidos no âmbito do direito urbanístico, em especial quanto aos planos diretores. A seguir, a professora Maria Lúcia de Paula Oliveira brinda o leitor com uma profunda reflexão à luz do pensamento de Amartya Sen, com relação à atual política tributária expressa nas escolhas de algumas políticas públicas no tocante ao respeito aos direitos humanos.

Questões candentes relacionadas aos direitos das minorias, em especial, da comunidade LGBTI, envolvendo de um lado as discussões em nível do Poder Legislativo e, de outro, o processo de judicialização dessas demandas, após a decisão favorável do STF na ADPF 132 e na ADI 4277, são o foco das reflexões promovidas por Laila Maria Domith Vicente.

Sob o título: “ As desapropriações de áreas alagadas pela política pública de barragens: as dimensões socioeconômicas como pressupostos do interesse público na comunidade Barra de



Santana”, Maurifan Silva Afonso, Fillipe Azevedo Rodrigues e Tiago José de Souza Lima Bezerra enfrentam a problemática do interesse público diante do direito privado no âmbito das desapropriações, no que diz respeito às indenizações e realocação dos desapropriados.

Sob o enfoque da análise do espaço urbano e os problemas derivados da perspectiva do neoliberalismo como fio condutor da renovação urbana, os autores Fabricio Germano Alves, Kleber Soares de Oliveira Santos e Yanko Marcus de Alencar Xavier apresentam o artigo intitulado A cidade neoliberal e os efeitos ocasionados pelo “airbnb” na ocupação do espaço: o problema da turistificação.

A presença de estudos vocacionados para a internacionalização está consagrada no artigo produzido por Leonardo de Andrade Mattietto, cujo título, em inglês é: *Formal equality and substantive equality: a critical revision toward democracy and public policies*, ou seja, Igualdade formal e igualdade substancial: uma revisão crítica sobre a democracia e as políticas públicas, cuja abordagem se propõe a revisitar os aspectos conceituais relativos à igualdade formal e igualdade substancial, preciosos para um ambiente democrático, basilares para políticas públicas em consonância ao respeito às minorias e aos direitos humanos.

Resolução adequada de conflitos como método de políticas públicas, paz social e efetividade jurisdicional é o título do estudo promovido por Taíssa Romeiro, em que se propõe a refletir a respeito das políticas públicas relativas ao transporte público no âmbito da Cidade do Rio de Janeiro, confrontando o papel do direito, ora como sinônimo de lei, ora como lastro para uma política social responsável pela superação das desigualdades e pela paz social.

Finalmente, completando os registros dessa edição da Revista, Marcus Vinícius Pereira Júnior, Priscila Lopes da Silveira e Thiago Inácio de Oliveira apresentam pesquisa sobre uma temática atual e necessária, sob o título: O poder judiciário e a política pública inclusão de pessoas com deficiência: análise empírica acerca da materialização da Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, do Conselho Nacional de Justiça em que, pela utilização de metodologia que contempla desde a revisão bibliográfica até a coleta e análise de dados, investigam as tarefas de capacitação como instrumentos de concretização da acessibilidade. E Marcos Damiano Azevedo Santos e Carlos Francisco do Nascimento investigam políticas públicas relacionadas ao uso racional de recursos hídricos no Semiárido em artigo intitulado, Políticas públicas de enfrentamento ao processo de judicialização das prestações previdenciárias no âmbito do INSS.

Em suma, é de se assegurar que a leitura dos artigos e ensaios publicados aqui evidencia claramente que a presença de uma revista sobre o direito das políticas públicas no mestrado em Direito da UNIRIO não só aprimora a qualidade da pesquisa e do debate acadêmico, mas também exerce um impacto positivo no desenvolvimento das políticas públicas no Brasil. Isso favorece uma abordagem mais informada, justa e eficaz para lidar com as questões sociais e legais contemporâneas.

Expressamos nossa gratidão pela atenção dispensada e convidamos os leitores a participarem conosco das discussões apresentadas nesta edição da Revista, que abrangem tanto o cenário doméstico quanto o internacional.

Boa leitura!

